UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**CIÊNCIAS ECONÔMICAS (060)**
Disciplina	**3569 - ECONOMIA DO SETOR PUBLICO**
Turma	**CEN**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **136**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

O Setor Público no Sistema Econômico e a influência do Estado e Economia. Configuração do Sistema Federativo Brasileiro, as esferas de governo e a relações verticais e horizontais. Governança da gestão pública. Gestão financeira e orçamentária municipal. Planejamento estratégico municipal. Ciclo de gestão municipal e transição de governo. Gestão Administrativa municipal. Ação de Extensão aplicada ao Setor Público.

I. Objetivos

De modo geral, a disciplina busca fornecer ao aluno uma compreensão abrangente do papel do Estado na economia, das funções que ele exerce e dos instrumentos que utiliza para alcançar seus objetivos. Em vista disso, especificamente, objetiva-se:
a)Compreender a importância do setor público no sistema econômico e analisar criticamente a influência do Estado na economia, identificando suas diferentes formas de intervenção e seu impacto sobre variáveis macroeconômicas e bem-estar social.
b)Analisar a configuração do sistema federativo brasileiro, investigando as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e as relações verticais (entre diferentes níveis de governo) e horizontais (entre governos do mesmo nível), destacando os desafios e oportunidades para a coordenação e cooperação intergovernamental.
c)Explorar os princípios e práticas de governança na gestão pública municipal, examinando os mecanismos de prestação de contas, transparência, participação e eficiência na administração dos recursos públicos, visando à promoção da boa governança e ao fortalecimento das instituições democráticas.

II. Programa

2.1 O setor público no sistema econômico e a influência do Estado na economia
2.1.1 Intervenção do governo na economia
2.1.2 Teoria dos bens sociais
2.1.3 Gastos públicos
2.1.4 Financiamento dos gastos públicos
2.2 Configuração do sistema federativo brasileiro, as esferas de governo e a relações verticais e horizontais
2.2.1 Histórico e distribuição de competências no sistema federativo brasileiro
2.2.2 Mecanismos de coordenação intergovernamental
2.2.3 Federalismo fiscal no Brasil
2.2.4 Impacto das relações verticais e horizontais nas políticas públicas
2.2.5 Desafios e perspectivas para a gestão fiscal no contexto federativo brasileiro
2.3 Governança da gestão pública
2.3.1 Conceitos e evolução
2.3.2 Princípios da governança pública
2.3.3 Atores e organizações da governança pública
2.3.4 Governança pública e resultados
2.3.5 Desafios e tendências da governança pública
2.4 Gestão financeira e orçamentária municipal
2.4.1 Planejamento orçamentário
2.4.2 Receitas públicas municipais
2.4.3 Despesas públicas municipais
2.4.4 Responsabilidade fiscal
2.4.5 Transparência e controle social
2.5 Planejamento estratégico municipal
2.5.1 Conceito e importância
2.5.2 Etapas do planejamento estratégico
2.5.3 Atores e participação social
2.5.4 Financiamento e orçamento público
2.5.5 Monitoramento e avaliação
2.6 Ciclo de gestão municipal e transição de governo
2.6.1 Fases do ciclo de gestão municipal e suas características
2.6.2 Importância da transição de governo eficaz
2.6.3 Desafios comuns na transição de governo
2.6.4 Boas práticas para uma transição de governo eficaz
2.7 Gestão administrativa municipal
2.7.1 Planejamento e orçamento
2.7.2 Administração de pessoal
2.7.3 Compras e contratações
2.7.4 Controle social

2.7.5 Políticas públicas municipais
2.8 Ação de extensão aplicada ao setor público

III. Metodologia de Ensino

A metodologia de ensino adotada incluirá aulas expositivas utilizando tanto o quadro negro quanto o projetor de multimídia, podendo ser complementadas por uma variedade de métodos ativos, como aprendizado baseado em problemas, debates e simulações. A diversidade de atividades poderá abranger dinâmicas de grupos, trabalhos de pesquisa, seminários, resumos, resolução de exercícios, estudos de caso e leituras complementares. A metodologia será flexível e adaptável, incentivando o feedback regular dos alunos e promovendo a reflexão metacognitiva sobre o seu processo de aprendizagem. Sendo assim, avaliações formativas (fornecer feedback durante o processo de aprendizagem) e colaborativas (envolver os alunos a trabalharem juntos para resolver problemas ou realizar tarefas) poderão ser incorporadas para verificar o progresso dos estudantes e promover a aplicação prática dos conceitos aprendidos, visando habilidades críticas para o sucesso acadêmico e profissional.
No que diz respeito à integralização da carga horária de extensão, considerando o que estabelece a Resolução nº 20 - CEPE/UNICENTRO de 30 de março de 2020, que aprovou alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, da UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, na presente disciplina, a carga horária de 34 h/a será atendida por meio do projeto de extensão intitulado "Núcleo de estudos e práticas econômicas – NEPE", o qual foi aprovado pela Resolução nº 018 - CONSET/SESA/UNICENTRO de 30 de março de 2023, tendo sua vigência entre 16 de março de 2023 e 15 de março de 2025.

IV. Formas de Avaliação

O coeficiente de aproveitamento semestral será composto por avaliações escritas e atividades complementares, cujas proporções são definidas pelo professor. As avaliações poderão ser objetivas, dissertativas, analíticas, mistas ou orais.
Durante cada semestre letivo, serão realizadas, no mínimo, duas avaliações obrigatórias, cujo valor será de 10 (dez) pontos. Além dessas, será ofertada uma avaliação facultativa, isto é, uma recuperação de rendimento, que poderá consistir em prova ou trabalho, individual ou em dupla, com o intuito de possibilitar a troca de conhecimento entre ambos os acadêmicos. As datas serão combinadas com os discentes.
A recuperação de rendimento será ofertada ao final de cada semestre. A nota obtida pelo acadêmico substituirá a menor pontuação atingida nas avaliações obrigatórias anteriores à atividade de recuperação de rendimento, desde que seja superior à mesma.
A nota obtida na oportunidade de recuperação de rendimento será descartada no caso de ser inferior às pontuações obtidas nas avaliações anteriores obrigatórias.
Caso o acadêmico coopere nas atividades rotineiras da disciplina, como a realização de exercícios de fixação e participação verbal nas aulas, poderá receber nota de até 0,5 (cinco décimos), denominada de nota de cooperação, acrescida na média semestral, caso essa seja inferior a 10 (dez) pontos. Sendo assim, a soma da média semestral com a chamada nota de cooperação não poderá ultrapassar 10 (dez) pontos.
De modo geral, a nota final de cada semestre será proveniente da média aritmética simples dos resultados das avaliações realizadas durante o mesmo, denominada média semestral, somada à possível nota de cooperação do discente nas atividades da disciplina, ocorridas durante o respectivo período.

V. Bibliografia

Básica

ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
ARVATE, P.; BIDERMAN, C. (Ed.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
BRESSER-PEREIRA, L. C. Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
CULPI, L. A. Economia do setor público: uma análise crítica. Curitiba: InterSaberes, 2019.
GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2017.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2011.
NARDES, J. A. R.; ALTOUNIAN, C. S.; VIEIRA, L. A. G. Governança pública: o desafio do Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
OLIVEIRA, R. Gestão pública: democracia e eficiência. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
PALUDO, A. V.; OLIVEIRA, A. G. Governança organizacional pública e planejamento estratégico: para órgãos e entidades públicas. 2ª ed. Indaiatuba: Foco, 2024.
PEREIRA, J. R.; REZENDE, J. B. Gestão pública municipal. Curitiba: CRV, 2017.
REZENDE, F. Finanças públicas. São Paulo: Atlas. 2010.
RIANI, F. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
VERGARA, S. H. C.; CORRÊ, V. L. A. Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Complementar

AFONSO, C. A. O estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
COSTA, C. E. Notas de economia do setor público. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - EPGE/FGV, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**CIÊNCIAS ECONÔMICAS (060)**
Disciplina	**3569 - ECONOMIA DO SETOR PUBLICO**
Turma	**CEN**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **136**

PLANO DE ENSINO

DIAS, R.; MATOS, F. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2019.
GRUBER, J. Finanças públicas e política pública. Tradução e revisão de Antônio Zoratto Sanvincente. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
LONGO, C. A.; TROSTER, R. L. Economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1993.
MATOS, F.; DIAS, R. Governança pública: novo arranjo de governo. Campinas: Átomo e Alíena, 2013.
MUSGRAVE, R. A. Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas, 1973.
MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
VIOTTI, E. B. A economia e o estado capitalista. Petrópolis: Vozes, 1986.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECON/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 005/2024
Data: 17/04/2024